do ponto de vista socialista, de um processo tático de acumulação de forças que não seja clara e decididamente orientado por uma concepção estratégica que, "além da negação do Estado e das personificações do capital" aponte para "o estabelecimento de uma autosustentável ordem sociometabólica alternativa (...) da qual o capital com todos os seus corolários — incluindo o assim chamado 'mecanismo de mercado' — tenha sido irreversivelmente removido". (792)

Nessa exata medida e sentido, "A rearticulação do movimento socialista enquanto uma ofensiva estratégica para ir para além do capital é nesse modo uma pré-condição necessária mesmo aos sucessos parciais que, com o tempo, na moldura de uma estratégia correta, podem se tornar cumulativos. Pelo contrário, sem o objetivo da própria estratégia ofensiva (...) a jornada fica carente de compasso. E certamente nós não podemos nos dar ao luxo de vagar por outro século e meio no beco sem saída de tentar produzir mudanças estruturais no interior dos confins paralisantes do sistema do capital". (793)

Beyond capital é uma obra gigantesca, literal e figurativamente. Certamente, demanda algo mais que um primeiro contato para que dela possamos ter uma avaliação exata. Contudo, ainda que não submetida ao "teste implacável do tempo", não seria uma má aposta a de que estamos frente a uma das obras decisivas do nosso século.

Terry Eagleton

Ideologia. Uma introdução.
São Paulo. Editora da Unesp/Editora Boitempo. 1997.
Caio Navarro de Toledo, (Departamento de Ciência Política, IFCH, Unicamp.)

Conflitos sociais, étnicos e religiosos, lutas políticas e guerras civis renovam-se e ampliam-se no mundo contemporâneo. No entanto, apesar da evidência (e da extensão) dessa batalha permanente entre concepções, valores e simbolismos, várias correntes intelectuais hoje proclamam a obsolescência e o anacronismo do conceito de ideologia. Nos anos 50 e 60, renomados sociólogos conservadores (Aron, D. Bell, Lipset, Shils e outros) revelaram-se maus profetas ao decretarem o fim das ideologias; atualmente outros teóricos se candidatam a desempenhar semelhante papel.

O livro de Terry Eagleton questiona as formulações destes intelectuais contemporâneos — denominados por ele de *pós-modernistas* e *pós-estruturalistas* — que esvaziam, neutralizam ou afirmam a inutilidade do conceito de ideologia. Além de procurar esclarecer a polêmica e complexa história conceitual da noção de ideologia, Eagleton se propõe a um objetivo político (e ideológico) muito preciso: o livro é, nas suas palavras, um "revide político a essa última traição dos intelectuais". Para o autor, silenciar-se sobre (ou subestimar) a discussão acerca da ideologia significa deixar de reconhecer as lutas e contradições sociais e abdi-

car do combate às renovadas formas de mistificação e opressão existentes na sociedade contemporânea. Preocupar-se com a questão teórica da ideologia é, de um ponto de vista crítico, uma forma de luta no plano do pensamento.

Três doutrinas do chamado pensamento pós-modernista contribuiriam para o esvaziamento e descrédito do conceito clássico de ideologia. A primeira dessas correntes, no limite, questiona a própria noção de *representação* — "na verdade, a rejeição de um modelo *empírico* de representação, no qual o bebê representacional foi displicentemente lançado fora junto com a água do banho empírica". A segunda diria respeito à presença de um ceticismo epistemológico no campo das ciências humanas — ou seja, o ato de identificar ou designar uma forma de consciência como *ideológica* significaria, para estes críticos, um compromisso com uma (espúria) verdade absoluta; finalmente, a terceira doutrina, de inspiração nietzschiana, ao reformular as relações entre racionalidade, interesses e poder tornaria redundante o próprio conceito de ideologia. Reconhece o autor que enquanto os antigos teóricos/ideólogos do "fim das ideologias" eram da "direita política", a atual complacência "pós-ideológica" exibe, com muita freqüência, credenciais radicais e libertárias — nessa versão, toda ideologia seria teleológica, totalitária e fundamentada em argumentos metafísicos.

Apoiado nas premissas do materialismo histórico, Eagleton centra seu estudo na relação entre ideologia e poder. No entanto, ao advertir que essas noções não são coextensivas, seu estudo ressalta que a força do termo ideologia reside em sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são centrais e decisivas no interior da formação social. Contra um uso complacente do termo, afirma, então, que nem tudo é ideologia apesar de se aceitar — como Nietzsche e Foucault enfatizaram — que o poder está em toda parte. De outro lado, o livro contesta algumas teses que subestimam os efeitos da ideologia no interior do capitalismo contemporâneo ao mesmo tempo que questiona teóricos *culturalistas* ("idealistas de esquerda") que, na década de 1970, carregaram suas tintas na ênfase acerca do papel da ideologia e da cultura na manutenção do poder político.

Como reconhece Eagleton, é certo que não há nenhuma ideologia dominante amplamente coerente, consistente, sem fissuras ou contradições internas; de outro lado, é certo também que ela, uma vez existindo, seria incapaz de modelar e manipular de forma plena a consciência das massas populares. (A cultura dos grupos e classes dominados preservaria uma ampla margem de autonomia face aos valores e interesses dominantes. Como Abercombrie e outros assinalaram, os grupos sociais subalternos têm culturas ricas e resistentes e não podem ser incorporadas, sem lutas e resistências, ao sistema de valores das classes dominantes.) Outros, chegam afirmar que o consentimento dos dominados é obtido muito mais por meios econômicos: o capitalismo se utilizaria muito mais de técnicas materiais do que propriamente de "idéias". Admitir isso, no entanto, não implica concluir — como o fazem Baudrillard e seus amigos — que o sistema "funciona por si só". Nessa perspectiva, o capitalismo avançado transformaria homens e mulheres em telespectadores dopados e estupefatos "cuja mente é tão calma e imparcialmente receptiva como a tela à sua frente". Para estes pós-estruturalistas, é mais a *ausência* do que a

existência do significado que explicaria a reprodução da ordem social; a ideologia, desprovida de subjetividade, torna-se, assim, supérflua. O juízo de Eagleton é certeiro: cinismo e niilismo de intelectuais que reforçam a despolitização do pensamento e ajudam a direita em sua legitimação do sistema opressor. Nenhuma vida individual pode sobreviver inteiramente desprovida de significados, e uma sociedade que tomasse o caminho niilista estaria simplesmente abrindo caminho para a ruptura social em massa, comenta Eagleton. Ora, afirma ele, a "sociedade capitalista avançada ainda requer sujeitos autodisciplinados, cumpridores de seus deveres e inteligentemente conformistas". A ideologia se constitui numa necessidade (histórica) tal como o ar que respiramos; numa sociedade — "totalmente justa" — onde nada devesse ser explicado, racionalizado ou justificado — a ideologia em seu sentido negativo se tornaria supérflua.

O estudo de Eagleton busca articular duas perspectivas teóricas sobre a ideologia que freqüentemente estiveram dissociadas na análise marxista: uma *epistemológica*, que privilegiou a ideologia como "falsa consciência" — ilusão, distorção e mistificação e uma outra, mais "*sociológica*", que se voltou mais para a função das idéias na vida social. Nesse sentido, o autor procede a um amplo balanço crítico da literatura clássica sobre o tema; embora conceda um maior espaço aos autores situados dentro do campo do marxismo (Marx, Engels, Lenin, Lukács, Gramsci, Adorno, Marcuse, Habermas, Althusser, Poulantzas, R. Williams e outros), examina igualmente as concepções de Mannheim, Bourdieu, Sorel e de autores contemporâneos influenciados pelo pensamento de Nietzsche, Freud, Lacan — entre os quais se identificariam os chamados pós-modernistas e pós-estruturalistas bem como os teóricos da ideologia como fenômeno discursivo ou semiótico (entre eles, os autodenominados *pós-marxistas).*

Como vários outros intérpretes, entende que em Marx a teoria da ideologia deveria ser investigada basicamente em dois textos: *A ideologia alemã* e *O Capital.* No texto escrito com Engels, haveria uma nítida hesitação entre uma definição política e uma conceituação epistemológica da ideologia. As representações e idéias são ideológicas porque negam suas raizes na sociedade com efeitos politicamente opressivos; ou então — na exata razão oposta —, tornam-se ideológicas por serem expressões diretas de interesses materiais, instrumentos eficazes na luta de classes. Embora a consciência da classe dominante tenha um caráter metafísico ou especulativamente vazio não se duvida que ela tenha uma eficácia na sua dominação política. Este sentido dominantemente pejorativo da ideologia será, contudo, atenuado em outros escritos. No famoso "Prefácio" à *Contribuição...* (1859), um sentido neutro da ideologia será esboçado: omite-se a referência às "idéias ilusórias e mistificadas" e passa-se a admitir que as "formas ideológicas" podem abranger todos os homens, em vez de serem, apenas específicas da classe dominante. Sem maior explicitação, concebe-se a possibilidade da luta de classes no plano das idéias, sem que estas sejam, assim, necessariamente falsas. Em *O Capital*, inaugura-se uma nova teoria da ideologia: sob a lógica do capital, as relações sociais *aparecem* como efetivamente *são* — como relações entre coisas. Não se afirma que, sob o capitalismo, as mercadorias (as coisas físicas) *parecem* (fenomenicamente) exercer uma dominação sobre as relações sociais; argumen-

ta-se aqui que elas efetivamente o fazem. "A ideologia é agora menos uma questão de a realidade tornar-se invertida na mente do que a mente refletir uma inversão real", comenta Eagleton. A ideologia é antes uma função da própria economia capitalista que "produz sua própria percepção errônea". Esta nova concepção *materialista* — que se distinguiria daquela formulada nos textos anteriores onde a ideologia se explicaria em função de uma percepção equivocada da realidade por parte dos sujeitos —, não deixa de suscitar novos problemas. Na nova formulação, capitalistas e trabalhadores — sob a lógica férrea e intransparente do capital — estariam enredados nas malhas do fetichismo e pela mistificação inerentes às relações mercantis. Apenas para enunciar algumas dificuldades: tudo o que chamamos de ideologia é redutível às operações econômicas do capitalismo? Se a economia capitalista tem seus próprios dispositivos embutidos de ilusão e de falsa consciência, qual a necessidade de instituições especificamente ideológicas no plano da chamada superestrutrura? Por último, todas as classes estão indiferentemente sob o domínio do fetichismo da mercadoria? Posto de outra forma, em que medida esta nova concepção é compatível com a luta de classes? Ou ainda: é aceitável que o materialismo histórico prescinda do conceito de luta de classes na elaboração de uma teoria da ideologia? Conclui Eagleton que a concepção de ideologia presente na análise do fetichismo conteria dois elementos da versão inicial: um certo empirismo e um valor negativo. Acerca deste último ponto afirma: "(A ideologia) é menos uma força ativa na constituição da subjetividade humana que uma máscara ou um véu que impede um sujeito já constituído de compreender o que está diante dele". Tal impasse buscaria ser superado pelos marxistas posteriores; para ser preciso, a partir de Lenin para quem a ideologia socialista — fundada na teoria marxista — tem um papel transformador e revolucionário, distinguindo-se, assim, das mistificações inerentes à ideologia burguesa.

De forma competente e original, Eagleton nos apresenta as teses centrais do "marxismo historicista" e "estruturalista": de *História e consciência de classe*, dos *Cadernos do cárcere* (denominado *Cartas do cárcere* na maltradada e irritante tradução brasileira), de Goldmann, Althusser, Poulantzas, Adorno, Marcuse, Habermas e mais recentemente de R. Williams e outros, sempre orientado pelo eixo temático do livro: a relação entre concepção epistemológica e concepção "sociológica" no terreno do marxismo.

Demonstração inequívoca da relevância das teses do marxismo crítico — sejam eles, historicistas ou estruturalistas —, pode ser evidenciada ao se estabelecer um confronto com a perspectiva teórica defendida pelos chamados pós-marxistas. No último capítulo, Eagleton examina uma "terceira via": aquela que examina a ideologia como um fenômeno *discursivo* ou *semiótico*. Ressaltando o valor da contribuição da semiótica e da análise do discurso para a análise da ideologia — a este respeito mostra a importância dos trabalhos do filósofo soviético N. Voloshinov para quem "sem signos não há ideologia" —, mostra que recentemente vários pós-marxistas (Hindess, Hirst, Laclau e Mouffe) são responsáveis por autêntica "inflação do discurso". Críticos exacerbados do chamado ecomicismo marxista, rendem-se a um ingênuo politicismo. "Não há nenhuma 'matéria-prima' a ser trabalhada pela ideo-

logia e pela política, já que os interesses sociais são o produto delas, não o seu ponto de partida. Assim, a política e a ideologia tornam-se práticas puramente autoconstituintes, tautológicas". Contudo, adverte Eagleton, política e discurso que deram "adeus ao socialismo e à revolução" pois toda a menção a classe social ou luta de classes é considerada como 'vulgar' ou reducionista. Bem sabemos que esta perspectiva pós-marxista — presente no interior da chamada "esquerda moderna" — tem ampla circulação nos meios editoriais e acadêmicos, no exterior e no Brasil.

O livro de Terry Eagleton constitui-se num inteligente roteiro para a discussão acerca da relação entre ideologia e poder a partir das categorias do materialismo histórico. Sua conclusão final é a de que as diferentes perspectivas dentro do marxismo (historicismo, estruturalismo e análise do discurso) devem ser incorporadas na busca da constituição de uma teoria crítica da ideologia. Trabalho erudito que revela amplo conhecimento da literatura filosófica e sociológica bem como de renomados estudiosos e intérpretes contemporâneos. Escrito com fina ironia, este bem fundamentado e instigante livro revela — contra a corrente — a riqueza e a diversidade da produção marxista quando comparada com outras concepções teóricas sobre a ideologia e a crítica cultural na atualidade.

Osvaldo Coggiola (org.)

Manifesto Comunista
Boitempo Editorial, S. Paulo, 255 páginas.

Daniel Aarão Reis Filho (org.)

O Manifesto Comunista. 150 anos depois.
Ed. Fundação Perseu Abramo/Contraponto, S. Paulo, 207 páginas.

Caio Navarro de Toledo (org.)

Ensaios sobre o Manifesto Comunista.
Xamã Editora, S. Paulo, 148 páginas.

Celso Frederico (professor da Escola de Comunicações e Artes/USP.)

Os 150 anos do *Manifesto do Partido Comunista* estão merecendo uma surpreendente comemoração. Publicações, seminários acadêmicos, conferências, números especiais em revistas e suplementos culturais na imprensa diária, etc.

As três antologias inserem-se nesse movimento comemorativo, nostálgico e litúrgico.

O livro organizado por Coggiola reproduz o texto do *Manifesto,* os diversos prefácios de Marx e Engels e uma seleção de textos clássicos dedicados à obra. Não chega a ser tão completo quanto a antologia organizada por G. M. Bravo para a Ed. Riuniti em 1978 (*Il Manifesto del partito comunista e i suoi interpreti*): faltam os ensaios de Plekhanov, Kautski,

TOLEDO, Caio Navarro de. Resenha de: EAGLETON, Terry. Ideologia: uma introdução. São Paulo: Editora da Unesp/Editora Boitempo, 1997. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, v.1, n.6, 1998, p.148-152.

Palavras-chave: Ideologia; Pós-modernistas; Pós-estruturalistas.